

A QUESTÃO DAS FRONTEIRAS
INTERDISCIPLINARES EM LINGUÍSTICA
*The issue of interdisciplinary boundaries in
Linguistics*

Lígia Negri*
Adelaide Hercília Pescatori Silva*
Gustavo Nishida*
Roberlei Alves Bertucci**

1. INTRODUÇÃO – A DELIMITAÇÃO DAS DISCIPLINAS NO INTERIOR DE UMA
ÁREA DO CONHECIMENTO HUMANO

As diferentes perspectivas teóricas a respeito de uma área do conhecimento, como a Linguística, reaparecem a cada nova faceta da linguagem, que se redefine e inaugura uma nova disciplina. Foi assim, especialmente no final dos anos 1960 e início dos 1970, com a recém-batizada sociolinguística, com a pragmática, com a então chamada teoria da enunciação, e tem sido assim, desde então, também com outras disciplinas como a análise do discurso, por exemplo.

A discussão epistemológica que tematiza a linguagem como objeto de investigação teórica gira, ao que parece, em torno de dois eixos: o primeiro que instaura uma discussão no interior da própria Linguística, sobre as escolhas que aí foram feitas e especialmente definidas por correntes dominantes e hegemônicas, e os consequentes embates a partir dessas perspectivas sobre a concepção/definição de seu objeto teórico e mesmo observacional;

* UFPR.

** USP.

e, o segundo, que remete a outra discussão, a da própria natureza do objeto observacional – a linguagem – e de sua possível apreensibilidade através de uma perspectiva teórico-científica.

A compreensão do lugar em que se dá essa discussão tem consequências epistemológicas muito significativas para o tratamento que se quer dar à linguagem, bem como à sua circunscrição filosófica.

O presente artigo busca focalizar essas fronteiras epistemológicas e verificar os fatos de língua e fenômenos teóricos que possibilitam observar essa tensão na semântica, na fonética e na sintaxe.

No texto intitulado *De que trata a linguística, afinal?*, Dascal e Borges Neto, ao discutirem o que é próprio da Linguística, especialmente quanto à constituição de seu objeto teórico, fazem uma reflexão a respeito das correntes teóricas no interior dessa disciplina. Para avaliação das abordagens teóricas a respeito da linguagem, os autores apresentam uma discussão sobre as relações que se pode estabelecer entre **objetivo e objeto**, bem como entre **objeto teórico e objeto observacional**.

A relação entre objeto teórico e objeto observacional dá-se no interior de uma teoria ou corrente focalizada e permite verificar a discussão, seja da natureza do objeto como a situa Saussure, sempre um recorte: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto;...” (SAUSSURE, 1975, p. 15), seja da questão heterogeneidade do objeto observacional frente à homogeneização do objeto teórico¹.

Apesar de a relação objeto teórico/objeto observacional ser bastante instigante e render muita discussão, é principalmente a relação entre objetivo e objeto que define a caracterização interna entre as áreas que têm a linguagem como centro das atenções.

Dascal e Borges Neto, no texto citado, também apresentam uma classificação das teorias linguísticas, segundo seus *objetivos* e sua constituição (das teorias, segundo os objetivos) ao longo da história. Assim, na Antiguidade os tratamentos que foram dispensados à linguagem podem ser enquadrados em duas grandes correntes, conforme seus objetivos: *fazer crítica literária* – uma perspectiva *filológica*, normativo-prescritiva; ou, *fazer filosofia* – uma perspectiva *nocional*, lógico-filosófica. Cada uma dessas opções conduziu os estudos a respeito da linguagem de uma maneira diferente (ainda que ocasional ou eventualmente cruzassem suas preocupações), e

¹ Com relação à heterogeneidade e aos riscos que um processo de homogeneização traz, podemos apontar as observações de Rajagopalan (pesq. CNPq) a respeito da impossibilidade de apreensão do objeto observacional que ocorre, muitas vezes, em função do modelo adotado ou em razão de questões de poder e hegemonia das correntes envolvidas. Esse autor observa que, numa perspectiva teórica homogeneizadora, fica difícil distinguir entre homogeneização e higienização, esta entendida como higienização dos dados, que seriam triados previamente, considerando-se apenas os relevantes, i.e., aqueles que permitem corroborar a teoria que os seleciona.

cada uma dessas perspectivas subordinou os estudos sobre a linguagem a outras disciplinas: à crítica literária, à retórica ou à preservação de formas “clássicas” de linguagem, no caso das teorias de opção filológica; à lógica, à filosofia ou à epistemologia, no caso das teorias nocionais. Essas tendências permaneceram e podem ser detectadas ainda em nossos dias.

Contudo, por volta do século XX, a teoria linguística recebe outra caracterização. A linguística “moderna” pode ser assim chamada porque propõe uma reorientação desses objetivos históricos com os quais as teorias a respeito da linguagem conviveram ao longo dos séculos. O novo objetivo, definido a partir do século XIX, passa a ser *fazer ciência* – o que quer que isso significasse no momento dessa emergência ou ainda hoje. Contudo, certamente conseguimos perceber o contexto histórico de ocorrência dessa modificação de foco, levando-se em conta o sucesso das, então, emergentes ou recém-estabelecidas, ciências naturais.

É no bojo dessa nova orientação do objetivo que a questão da homogeneização do objeto observacional se coloca. Até então a diversidade do fenômeno, o objeto observacional: a) podia ou não ser captada nas categorias lógicas da linguagem ou do pensamento – segundo a orientação nocional; e, b) ser recomendada ou não para o uso – na orientação filológica, sem que isso fosse uma questão em si, pois não havia um compromisso para além dos objetivos abraçados.

A partir de uma perspectiva científica, que procura se estabelecer no final do século XIX e início do XX (neogramáticos, Saussure), a necessidade de definir uma primazia para o tratamento da linguagem torna-se imperativa, o modelo a ser seguido é o das ciências estabelecidas e a complexidade do objeto deve ser contornada. O desenrolar dessa história todos conhecemos bem: estabelece-se a partir de Saussure um primado para os estudos linguísticos; estabelece-se um centro e uma periferia com relação ao objeto teórico, legitimado pelo recorte *científico*, que estabelece também o que *não é* científico – porque define os limites de inclusão ou exclusão dos estudos. Isso tem como corolário o estabelecimento de disciplinas centrais e periféricas no tratamento da linguagem segundo essa concepção, e o estabelecimento de relações hegemônicas de determinadas correntes em detrimento de outras.

É nessa arena que se debatem as novas disciplinas que aparecem no final dos anos sessenta e início dos setenta, que disputam áreas periféricas do objeto, até então definido segundo esse último objetivo. Fazer ciência é esmiuçar, descrever e explicar o objeto observacional em toda a sua amplitude e, dado o desenvolvimento das áreas da linguística moderna nesse momento, parece ser possível cumprir esse objetivo em sua totalidade. Parece ter sido assim que funcionou a expansão das áreas concernentes aos estudos da

linguagem que surgiram nesse período. As perspectivas teóricas propõem primazia aos tratamentos formais e, especialmente, à sintaxe. Preveem, contudo, a semântica como disciplina colateral: *auxiliar* na perspectiva do estruturalismo europeu, *interpretativa*, no gerativismo americano.

Dessa forma, a relação existente entre algumas disciplinas já consolidadas, que tratavam de níveis formais do objeto teórico como a fonologia, morfologia e sintaxe, foram mantidas; outras foram estabelecidas a partir da progressiva construção teórica nesses campos e da necessidade de ampliação e de explicação em outros, especialmente no que dizia respeito à significação – a grande “pedra no sapato” teórico do estruturalismo.

2. A NEGOCIAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA SIGNIFICAÇÃO LINGÜÍSTICA

A semântica, já prevista na planta baixa dos modelos teóricos do início do século XX, tinha tarefa e objeto disciplinares definidos (de difícil realização teórica dentro desses modelos, convenhamos, mas de qualquer maneira aí englobados). A semântica tinha estatuto garantido e definido, senão pela previsão programática de tais modelos, mas também pela tradição filosófica consistente do tratamento dispensado à significação, desde o seu estabelecimento a partir dos tratamentos lógicos como os de Frege, já no final do século XIX.

Contudo, o que as abordagens linguísticas sobre a significação, principalmente do início da segunda metade do século XX, vão verificar é que a significação nas línguas naturais excede o valor semântico lógico. Muitos dos problemas de significação serão postos de lado, pela sua complexidade inerente ou por absoluta inadequação dos modelos teóricos para tratá-los, no que ficou então conhecido como a *lata de lixo da linguística*, na célebre expressão cunhada por Bar-Hillel – a pragmática.

Assim, o senso comum atribuíu (e talvez atribua até hoje) à pragmática tudo o que dizia respeito à significação do usuário, mas que fosse de difícil formalização ou tratamento teóricos.

Quanto às novas disciplinas emergentes, a maioria discute a centralidade do núcleo estabelecido pelo estruturalismo, mas não o objetivo por ele proposto, ou mesmo, pressuposto². Dessa forma, essas disciplinas buscaram a *ampliação do objeto teórico*, loteando a periferia a partir de uma

² Isso se dá com boa parte das novas disciplinas, mas não é o que ocorre com a análise do discurso. Esta disciplina, na maioria das orientações teórico-metodológicas que toma, recusa-se a incluir-se no interior da Linguística, em virtude da concepção desta a respeito da constituição do objeto teórico nuclear.

percepção do objeto observacional estabelecido por um objetivo muito bem definido e intocado: *fazer ciência*.

Nessa perspectiva, mantém-se a primazia de um núcleo duro – a sintaxe ou a descrição formal – *versus* teorias auxiliares de explicação do residual periférico, a saber, o sentido ou o uso, conforme os casos.

Na verdade, uma leve vista de olhos pelos trabalhos que se enquadram como tratamentos semânticos ou pragmáticos demonstra que a caracterização, ou mesmo a explicitação de seus pressupostos metodológicos, não está nem um pouco clara para os estudiosos.

R. Ilari (2000), em um dos ensaios que compõem seu memorial de concurso para professor titular, discute precisamente essa questão retomando inicialmente a distinção que Morris (1933) (*apud* Ilari, 2000) faz entre as três disciplinas que comporiam três pontos de vista diferentes sobre o estudo da linguagem: o sintático, o semântico e o pragmático. Essa tripartição corresponderia, respectivamente, às relações: a) que os sinais mantêm entre si; b) dos sinais com os objetos e as situações do mundo; e, c) dos interlocutores e a interação entre eles. Essa caracterização prevê, além disso, uma hierarquia entre as disciplinas conforme seu grau de abrangência, da mais ampla – a pragmática –, à mais restrita – a sintaxe –, considerando-se que a análise linguística se dá numa gradação explicativa hierárquica de baixo para cima, do mais simples ao mais complexo, do mais formal ao mais interacional, da sintaxe à pragmática.

A teoria linguística está longe de ter absorvido consensualmente essa caracterização, especialmente no que tange à hierarquia proposta, como se pode facilmente constatar na literatura a respeito. Entretanto, no interior das disciplinas, internamente definidas segundo as relações linguísticas que tematizam (relações entre sinais, dos sinais com os objetos e as situações do mundo e dos interlocutores com o que dizem e entre si), esses procedimentos gerais têm sido respeitados.

Nas abordagens semânticas de inspiração lógica, extensionalistas ou intensionalistas³, assume-se um paralelismo entre sintaxe e semântica em que a cada regra de construção sintática corresponde um processo de composição semântico, diferentemente da concepção morrisiana hierárquica para essas disciplinas ou mesmo a de modelos eminentemente sintáticos, como o da gramática gerativa, por exemplo.

Por outro lado, também correntes funcionalistas

recusam-se a reconhecer fronteiras teóricas ou metodológicas entre a sintaxe, por um lado, e a organização semântica e pragmática, por

³ Para maiores detalhes sobre tais abordagens, veja-se Ilari (2000, p. 128).

outro, considerando-as, ao contrário, dimensões interdependentes, ainda que se dê força explanatória para o componente formal, como é o caso da maioria das correntes. (PEZATTI, 2004, p. 198)

Ao invés de uma primazia para a sintaxe, ou mesmo para a semântica, trabalha-se com a perspectiva de uma isonomia teórica.

Também N. Kadmon (2001), nas Preliminares de seu *Formal Pragmatics*, aborda a questão da fronteira entre semântica e pragmática e afirma, textualmente, “eu assumo uma distinção entre semântica e pragmática, apesar de que não está claro como essa distinção deve ser definida exatamente.” (p. 3). A autora ainda afirma que boa parte da caracterização de um fenômeno linguístico como semântico ou pragmático é uma questão terminológica. Para ela, a distinção entre essas duas disciplinas corresponde, grosso modo, ao fato de que a semântica se ocupa de questões ligadas à interpretação vericondicional, isto é, questões ligadas ao sentido literal; e, a pragmática estaria ligada à linguagem em uso “indo além do sentido literal”. (KADMON, 2001, p. 3)

Vários têm sido os fenômenos linguísticos relacionados à significação que receberam, ao longo da tradição linguística, enquadramento flutuante – ora na pragmática, ora na semântica – entre eles estão a dêixis, a pressuposição e a performatividade, entre outros. À medida que os arcabouços teóricos avançaram e se refinaram, alguns desses fenômenos foram reclassificados e reenquadrados, ou ao menos as noções de semântica e de pragmática foram revistas. Um exemplo claro é o dos ‘dêiticos’ que recebem estatuto de fenômeno semântico, depois de inicialmente serem tratados como pragmáticos ou pertencentes à enunciação, quando eram justamente invocados para apontar uma das lacunas de um tratamento semântico vericondicional.

Um dos mais recentes exemplos dessa ubiquidade de tratamento é o caso das expressões de polaridade negativa, que são expressões das línguas naturais licenciadas por um tipo de contexto de ocorrência, cuja descrição teórica oscila entre uma explicação sintático-pragmática ou semântica. Tais expressões são tratadas na literatura linguística especializada como fenômeno cuja ocorrência seria licenciada por implicaturas e, portanto, de natureza pragmática; ou através de acarretamento para baixo, uma operação semântica. O espaço deste artigo não permite a discussão detalhada dessas minúcias, contudo, vale dizer que o enquadre das expressões de polaridade negativa como fenômeno pragmático ou semântico, depende de diversos fatores externos a sua constituição, como a capacidade explicativa da teoria invocada para descrever as ocorrências, a cobertura mais ampla dos fenômenos explicados, a validade da explicação translinguística, entre outros.

Interessa-nos aqui, especialmente, ressaltar que o embate entre as diferentes explicações teóricas está centrado principalmente na avaliação da

capacidade e generalização explicativas da teoria selecionada, muito mais do que um questionamento acerca da natureza linguística do fenômeno e de sua apreensão metodológica. Nesse sentido, a concepção do objeto teórico já está dada aprioristicamente no modelo teórico selecionado, que focaliza como o fenômeno em tela se comporta dentro daquela delimitação teórica.

Se existe toda uma “disputa” na delimitação territorial no que concerne à abordagem do sentido dentro da teoria linguística, outra “disputa” se trava na delimitação territorial do tratamento dos sons. A próxima seção trata dessa problemática.

3. A FRONTEIRA ENTRE FONÉTICA E FONOLOGIA NO TRATAMENTO DO NÍVEL FÔNICO DA LINGUAGEM

O estabelecimento de disciplinas centrais e periféricas no interior da Linguística, em função da delimitação de seu objeto de estudo, conferiu à fonética o estatuto de disciplina periférica no tratamento do nível fônico da linguagem. Isto porque, para delimitar o objeto de estudo da fonologia, no início do século XX, Trubetzkoy (1969 [1939]) observa que, dada a natureza heterogênea do “processo de fala” – como ele denomina – seu estudo deveria ser dividido entre diversas “subciências”. Neste sentido, o estudo do significado e do significante saussurianos deveria ser atribuído, para Trubetzkoy, a duas disciplinas que, embora correlacionadas, deveriam utilizar métodos de investigação distintos: o estudo do som pertencente ao que Trubetzkoy denominava “ato da fala”, i.e., o fenômeno físico concreto, deveria utilizar métodos das **ciências naturais**; o estudo dos sons pertencentes a um determinado sistema linguístico deveria utilizar apenas métodos da **Linguística** ou das **ciências humanas**. Desta forma, designava pelo termo “fonética” o estudo dos sons pertencentes ao “ato da fala” e pelo termo “fonologia” o estudo dos sons de um sistema linguístico. Como decorrência, Trubetzkoy atribui à fonética um papel periférico, acessório, no nível fônico da linguagem.

Esse caráter acessório da fonética nos estudos linguísticos acompanha a disciplina por todo o estruturalismo linguístico, sendo ainda hoje possível encontrar definições para essa disciplina, assim como para a fonologia, herdeiras da delimitação do objeto realizada por Trubetzkoy e que aproximam sobremaneira a fonética de uma ciência natural. Em manuais de ensino de fonética e fonologia ainda se lê que “a fonética trabalha com os sons propriamente ditos, como eles são produzidos, percebidos e que aspectos físicos estão envolvidos em sua produção” (SANTOS; SOUZA, 2003, p. 8).

Tal visão “periférica” da fonética começa a ser questionada em *The Sound Pattern of English* (CHOMSKY; HALLE, 1968), quando os autores

postulam a existência de um “módulo fonético gramatical”, responsável pela implementação de fatos fônicos específicos de língua. Os autores ainda concebem a existência de fenômenos fonéticos mecânicos, já que preveem a ocorrência de um módulo fonético universal, responsável pela implementação de aspectos que, a rigor, seriam comuns a grande parte das línguas do mundo como, em princípio, a duração de vogais diante de consoantes oclusivas surdas e sonoras.

Apesar da tentativa de Chomsky e Halle de trazer a fonética para dentro dos estudos linguísticos, concedendo-lhe um papel melhor que o de coadjuvante (interpretativo), os modelos sucedâneos, embora inspirados na fonologia gerativa padrão, continuam colocando a fonética em segundo plano e trazem muito pouco do dado fonético para dentro da fonologia.

A revisão significativa do lugar da fonética dentro dos estudos linguísticos é conduzida por Browman e Goldstein (1992) que vão, definitivamente, propor que a fonética seja uma disciplina nuclear da Linguística. Mas, para isso, preconizam a revisão da natureza do primitivo de análise adotado. Isto porque, em decorrência do pressuposto de que a fonologia tinha de se ocupar de fatos discretos, como a relação e a oposição entre unidades do nível fônico, os primitivos de análise – sejam eles fonemas, sejam eles traços distintivos – têm natureza categórica. Entretanto, e como se mostrará na sequência, nem todos os fatos fônicos gramaticais são discretos: muitos são dinâmicos e envolvem, para além das categorias de sons, contínuos físicos ao longo dos quais se realizam os sons envolvidos num dado processo fônico.

Por essa razão, para conferir à fonética um lugar central nos estudos linguísticos, Browman e Goldstein (1992) propõem um primitivo teórico de natureza ao mesmo tempo dinâmica e discreta: o gesto articulatório. A natureza dinâmica da nova unidade de análise advém da incorporação da variável “tempo” a ela. Tal variável, frise-se, era até então extrínseca aos primitivos de análise fonológica, sendo a organização linear das unidades da cadeia da fala um axioma dos modelos fonológicos de orientação gerativa. Argumentam os autores que o tempo intrínseco ao primitivo permite que a representação fonológica capte a sobreposição temporal entre tais primitivos e, desta forma, represente fatos gramaticais que a teoria fonológica não conseguia representar de outro modo, através de traços distintivos ou fonemas. Mais ainda, ao preverem um primitivo de natureza ao mesmo tempo discreta (categórica) e dinâmica (gradiente), os autores desfazem a fronteira criada entre fonética e fonologia e propõem a existência de um único nível para o tratamento do nível sonoro da linguagem.

A necessidade de se rever a natureza do primitivo de análise fonológica fica clara quando se olha para alguns fatos, como é o caso dos róticos, ou sons de /r/. Isto porque trabalhos versando sobre esses sons nas línguas do

mundo (como espanhol: QUILIS, 1993; ALMEIDA; DORTA, 1993; norueguês: KVALE; FOLDVIK, 1995; búlgaro e tcheco: JETCHEV, 1995, e português brasileiro: SILVA, 1996; CARVALHO, 2004) mostram que há o desenvolvimento de um elemento vocálico à esquerda do *tap* quando em grupos tautossilábicos⁴ e à direita quando em coda. É possível constatar que, no português brasileiro (PB), o *tap* em coda (CLEMENTE, 2005) desenvolve à direita um elemento vocálico com estrutura formântica semelhante a uma vogal centralizada e, em grupos (NISHIDA, 2005), o elemento vocálico à esquerda tem a estrutura formântica condicionada pela vogal nuclear do grupo, isto é, a vogal nuclear do grupo é entrecortada pelo *tap* após alguns milissegundos (Figura 1, abaixo). Como os elementos vocálicos assumem estruturas formânticas distintas, dependendo da posição em que se encontram na sílaba, há a necessidade de se especificar esse fenômeno na gramática da língua. Soma-se a isso o fato de que em outras línguas, como norueguês, búlgaro e tcheco, os elementos vocálicos assumem estrutura formântica de um *schwa*.

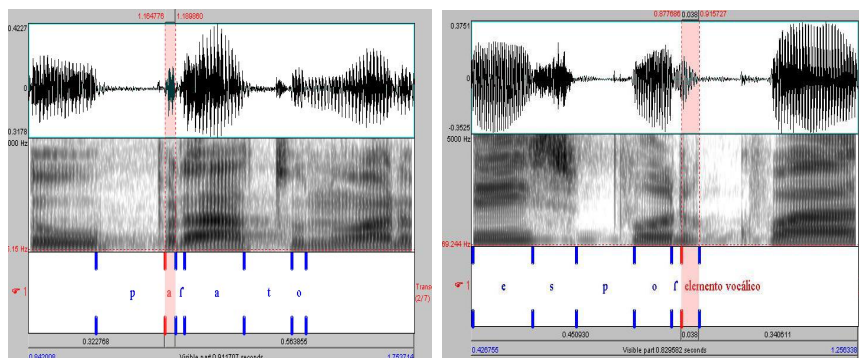


FIGURA 1 – O espectrograma à esquerda mostra, entre linhas verticais pontilhadas, a produção de um segmento de aspecto contínuo junto ao *tap* na palavra-alvo “prato”. Esse segmento é o elemento vocálico (dados de NISHIDA, 2005). O espectrograma à direita mostra, entre linhas verticais pontilhadas, o elemento vocálico na palavra-alvo “expor” (dados de CLEMENTE, 2005).

Assim, Silva, Clemente e Nishida (2006) sugerem que somente um modelo dinâmico poderia dar conta de representar satisfatoriamente o *tap* do PB. No entanto, Nishida (2007) mostra que uma Geometria de Traços, como a de Clements e Hume (1995), consegue prever a qualidade dos elementos vocálicos caso se considere o *tap* como um segmento complexo, representado por dois nós Raiz sob um mesmo nó X da camada temporal. Desta forma, a qualidade do elemento vocálico se daria pelo espriamento à esquerda dos

⁴ Padrões silábicos em que há grupo consonantal no domínio de uma mesma sílaba.

traços da vogal nuclear da sílaba. O espriamento da vogal nuclear para o elemento vocálico do *tap* quando em grupos tautossilábicos (ver Figura 2, abaixo) seria fruto da aplicação da Lei de Dorsey (STERIADE, 1990), a qual prevê a cópia da vogal mais à direita da mesma sílaba. Estudos como o de HALL (disponível *on-line*) relatam uma certa disseminação dessa lei em outras línguas do mundo (como o Winnebago⁵). Já o elemento vocálico de estrutura formântica fixa do *tap* em coda (ver figura 2, abaixo) não estaria sofrendo ação da Lei de Dorsey, pois a regra prevê a cópia da vogal mais à direita da mesma sílaba e, como o elemento vocálico do *tap* em coda é o segmento mais à direita da sílaba, a regra não se aplica por não ter de onde copiar a vogal.

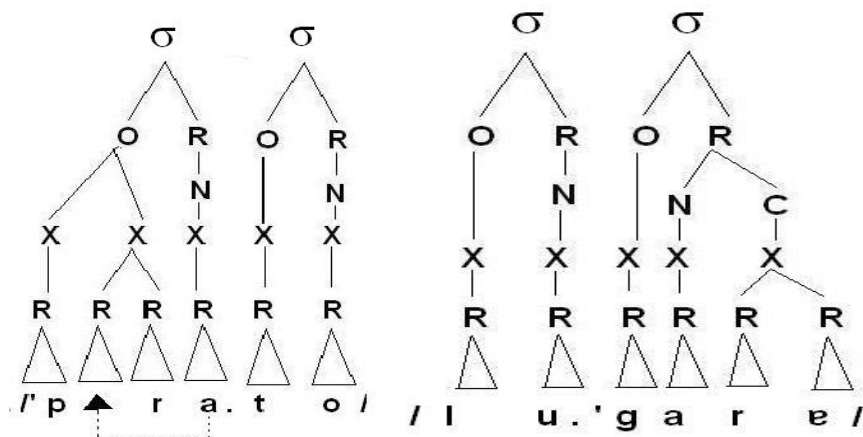


FIGURA 2 – À esquerda, representação do espriamento dos traços da vogal nuclear para o elemento vocálico. À direita, representação da estrutura formântica fixa do elemento vocálico do *tap* em coda (dados de NISHIDA 2007).

Diante desses dados, Silva, Clemente e Nishida (2006) parecem estar equivocados quanto à exclusividade de representação do fenômeno por um modelo que assuma primitivos dotados de tempo intrínseco. No entanto, Nishida (2007) traz para a discussão produções gradientes do *tap* em grupos tautossilábicos que apontam para a adoção de uma teoria que tome primitivos dotados de tempo intrínseco, i.e., primitivos de natureza dinâmica.

Nishida (2005) verificou em seu experimento de produção de fala que os informantes nem sempre produziam um *tap* canônico, isto é, o *tap* de grupos tautossilábicos às vezes era produzido como aproximante. Além disso, ele percebeu que a produção do *tap* parecia condicionar a existência ou não do

⁵ Para maiores informações sobre os dados do winnebago, ver Steriade (1990) e Hall (disponível *on-line*).

elemento vocálico. Ele explica que, devido ao caráter contínuo da variante aproximante, o elemento vocálico não seria necessário para “apoiar” a produção *tap* (que é descontínuo). Assim, ao olhar para os grupos com fricativas, percebeu-se que os grupos tautossilábicos poderiam assumir as seguintes configurações: 1) “consoante + elemento vocálico + *tap* + vogal nuclear” (forma categórica, Figura 3, abaixo); 2) “consoante + aproximante + vogal nuclear” (Figura 3, abaixo); 3) “consoante + *tap* + vogal nuclear” (Figura 4, abaixo); 4) “consoante + elemento vocálico + aproximante + vogal nuclear” (Figura 4, abaixo). Vale salientar que as três primeiras produções (palavra-alvo “frete”) ocorreram na coleta de dados de um dos informantes; enquanto a última produção foi realizada por um informante diferente. Tais dados mostram a variabilidade de produção que pode ocorrer numa mesma palavra e por falantes diferentes.

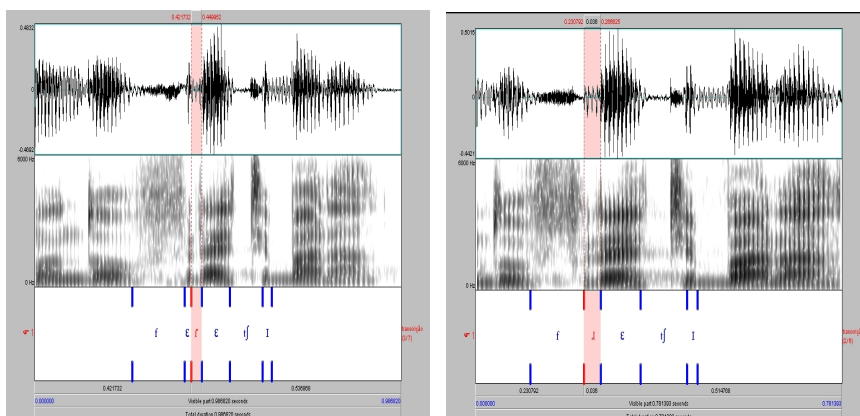


FIGURA 3 – Realização do rótico como *tap* e como aproximante em duas ocorrências da mesma palavra “frete”, por um mesmo informante.

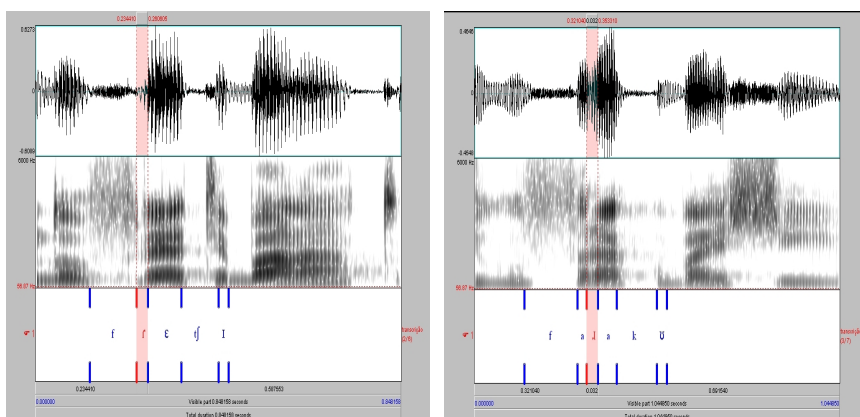


FIGURA 4 – Realização do rótico como *tap* e como aproximante em duas ocorrências da mesma palavra “frete”, por dois informantes distintos.

Como é possível notar nos dados acima, os grupos tautossilábicos com fricativas mostram que pode ocorrer ou não a produção do elemento vocálico. Ainda mais, é possível notar que a ocorrência desses segmentos é motivada por características articulatórias desses sons, isto é, o fato de eles apresentarem características contínuas ou descontínuas é que proporciona a produção gradiente. Já uma produção que assuma primitivos de tempo extrínseco (tal como a representação apresentada na Figura 2) teria que prever regras de reajuste, pois haveria a produção e depois o apagamento do elemento vocálico.

Por sua vez, uma teoria que assuma primitivos dotados de tempo intrínseco (tal como a Fonologia Articulatória de BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992) conseguiria dar conta tanto das produções categóricas como gradientes. A produção categórica se daria pela sobreposição *default* do gesto de ponta de língua com o de dorso de língua como na produção de outros grupos tautossilábicos. Já a ausência de produção do elemento vocálico seria prevista pela antecipação do gesto de ponta de língua, dessa forma o *tap* estaria se apoiando não em duas vogais, mas em dois segmentos contínuos, a saber: a fricativa do *onset* complexo e a vogal nuclear.

Feitas estas considerações, é possível dizer que a teoria que assume gestos como primitivos de análise e que, por sua vez, não faz uso da dicotomia entre fonética e fonologia – já que o gesto é, ao mesmo tempo, discreto e dinâmico – dá conta de forma mais elegante tanto de processos categóricos quanto gradientes.

Passemos agora para um comportamento sintático, ou melhor, um extravasamento sintático.

4. UM TRESPASSE FRONTEIRIÇO: DISCUSSÃO SOBRE O VERBO *CHEGAR* EM PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB)

Esta seção não problematiza o embate entre duas áreas no interior da linguística ou discute propriamente a fronteira entre elas, discute, outrossim, o enquadramento de uma perífrase verbal do português brasileiro (PB), a saber, *chegar* seguido de *α*+infinitivo. Na literatura, não há consenso quanto ao tratamento do verbo na perífrase em foco, enquanto alguns autores o consideram um auxiliar, outros não. Aqui retomamos essa discussão e buscamos demonstrar que o verbo *chegar*, no contexto estabelecido, responde afirmativamente a todos os critérios apontados como caracterizadores de auxiliaridade, aceitando, portanto, a delimitação no interior de uma perspectiva sintática.

Propusemos, então, uma análise sobre o comportamento desse auxiliar em PB, na busca de uma interpretação para o seu funcionamento na língua. Para tanto, tivemos que levar em conta não apenas os aspectos sintáticos e semânticos, mas também indícios pragmáticos: observamos que o falante, ao utilizar o auxiliar *chegar* deseja apontar para uma escala, mais precisamente para o ponto argumentativo mais forte dessa escala. Dessa forma, teríamos um auxiliar que não é temporal, modal ou aspectual, mas essencialmente pragmático, forçando a explicação para um excedente dos limites originais de uma descrição exclusivamente sintática, mas cuja caracterização estrita não contempla a operação proposta por '*chegar a ___-r*'.⁶

Apresentaremos, aqui, apenas alguns critérios que nos levaram a uma caracterização de *chegar* como auxiliar quando seguido de infinitivo. Pontes (1973) e Perini (2001) afirmam que os auxiliares não participam da seleção de argumentos, que fica por conta do verbo principal, conforme se verifica com o auxiliar *ir*, nas sentenças abaixo:

- (1) a. Paulo lerá.
b. Paulo vai ler.
- (2) a. #A pedra lerá.
b. #A pedra vai ler.
- (3) a. A pedra cairá.
b. A pedra vai cair.

O verbo *ler* seleciona o sujeito em (1) e é ele mesmo que impede a seleção de *a pedra* em (2). Se o auxiliar (*vai*) fosse o responsável pelo bloqueio, não permitiria a seleção de (3b). No entanto, como em (3a), a seleção de *a pedra* em (3b) foi possível porque foi feita pelo verbo *cair*, o verbo principal⁶. A presença de *vai* não mudou o critério de seleção, portanto o verbo *ir*, aí, funciona como auxiliar. Vejamos os casos com *chegar*:

- (4) a. A pedra rolará.
b. A pedra *chegar*á a rolar.
- (5) a. #A pedra chorará.
b. #A pedra *chegar*á a chorar.

A sentença (4b) mostra que o sujeito, mesmo inanimado, é aceito em uma sentença com *chegar*, pois a seleção desse sujeito é feita pelo verbo principal (*rolar*). Pelo mesmo motivo, as sentenças em (5) não são aceitas: o sujeito, *a pedra*, não é compatível com *chorar*, que exige um sujeito, no mínimo, animado. Assim, verificamos que *chegar* em (5b) não interfere na seleção dos argumentos, que é feita pelo verbo principal. Portanto, *chegar* é um verbo auxiliar.

⁶ Perini o chama de Núcleo do predicado (NdP).

Pontes (1973) acrescenta também que o verbo auxiliar não muda de posição se a sentença for alterada da ativa para a passiva. As sentenças em (6), com o auxiliar *começar*, confirmam a afirmação da autora e as sentenças em (7) – especialmente (7b) – mostram que *chegar* se comporta da mesma maneira que *começar*, ou seja, a apassivação não alterou a posição de anterioridade do verbo auxiliar em relação ao verbo principal.

- (6) a. João começou a organizar a festa.
b. A festa começou a ser organizada por João.
- (7) a. João **chegou** a organizar a festa.
b. A festa **chegou** a ser organizada por João.

Para verificar o funcionamento do auxiliar “*chegar*” em PB, lembramos que a gramática tradicional afirma que as locuções verbais do português expressam tempo, aspecto, modo e voz. Em Bertucci (2007), mostramos que “*chegar*” não se enquadra na expressão de nenhuma dessas categorias, mas tem um papel pragmático: indica um dos polos, pragmaticamente proeminente, em uma escala. Para tal, nos apoiamos nas teorias de escalas apresentadas por Fauconnier (1975) e Ducrot (1981).

Fauconnier (1975) mostra que os superlativos podem comportar-se como quantificadores, assim como o *any*, em inglês.

- (8) *The faintest* noise bothers my uncle.
'O menor/ mais baixo ruído incomoda meu tio'.
- (9) He did not hear *the faintest* noise.
'Ele não ouviu o menor/ mais baixo ruído'.

Fauconnier (1975, p. 355) entende que, enquanto em (8) o superlativo funciona como um quantificador universal, em (9) ele é utilizado como um existencial negado. Nesses casos, o superlativo estaria no lugar de *any* e teria as mesmas propriedades deste quantificador.

- (10) *Any* noise bothers my uncle.
'Qualquer ruído incomoda meu tio'.
- (11) He did not hear *any* noise.
'Ele não ouviu qualquer ruído'.

O autor assume, então, que os superlativos expressam pontos mais altos ou mais baixos em uma *escala pragmática*. Por exemplo, para uma dimensão dada (ruído), haveria dois extremos (o mais alto – o mais baixo) e um elemento Y (meu tio/ ele) participando do predicado (incomodar). Além disso, entre os extremos, haveria pontos (x_1 , x_2 , x_3).

Escala S – x incomoda y

	ponto mais alto
x_1	
x_2	
x_3	
	ponto mais baixo

Fauconnier (1975) argumenta que o ponto mais baixo acarreta os demais. Assim, ao afirmarmos, em (8), que *meu tio* (elemento y na fórmula x incomoda y) se incomoda com o ruído (elemento x na mesma fórmula) mais baixo, nossa fala acarreta dizer que ele se incomoda com todos os outros ruídos que forem mais altos na escala S, a saber x_3 , que é um pouco mais alto, x_2 , que é mais alto ainda, com o x_1 , mais alto que os anteriores, até chegar ao ponto final e mais alto da escala. Nessa proposta, o elemento mais baixo na escala (o mais forte) informa mais que o elemento imediatamente acima dele e assim sucessivamente, sendo o mais alto o menos informativo. Em (12) aplicamos a teoria do autor, utilizando o auxiliar *chegar*.

- (12) Cinco anos antes do previsto, foi anunciado o término do sequenciamento do genoma humano. A corrida atrás da identificação de todos os genes do *Homo sapiens* envolve laboratórios de 18 países, liderados por instituições dos Estados Unidos e do Reino Unido, e consumiu estimados US\$ 3 bilhões, sem contar a injeção final de recursos, necessária para apressar o fim dessa primeira etapa e fazer frente a grupos privados que ameaçavam terminar antes a “façanha do século”. Trata-se, sem dúvida, de uma primeira etapa, porque o Projeto Genoma Humano representa, na verdade, apenas uma enorme base de dados, que os cientistas precisam entender em detalhe para um dia **chegar** a manipulá-los. Para os geneticistas, há trabalho para mais de um século de pesquisa. (*Ciência Hoje*, n. 28, p. 22-23.)

Nesse caso, o próprio contexto apresenta a escala. A etapa mais importante, de acordo com o contexto, é a *manipulação dos dados apresentados nos genes*. A segunda etapa é *entender essa base de dados* e a primeira, que foi alcançada pelos cientistas, é *o sequenciamento do genoma* (que é a base de dados). Na escala, ficaria assim:

1 ^a	sequenciamento dos dados
2 ^a	entendimento dos dados
3 ^a	manipulação dos dados

Os cientistas conseguiram alcançar a primeira etapa e, como vemos na escala, ela não acarreta a conquista das outras etapas. Quando chegar a última etapa, então será possível dizer que a presença das anteriores também é obrigatória. Nesse caso, o ponto mais informativo da escala é o sintagma posterior a *chegar* (**chegar** a manipulá-los – ponto mais baixo na escala de Fauconnier). Assim, *chegar* indica o ponto considerado pelo falante como o mais informativo naquele momento.

Um outro autor que trata de escalas é O. Ducrot. Para desenvolver sua teoria, o autor estabelece o conceito de classe argumentativa, que é totalmente relativa a uma conclusão particular e a um locutor determinado e que é composta de argumentos (p e p', por exemplo), favoráveis a um enunciado r. Considerando-se que os argumentos podem ser dispostos como mais fracos ou mais fortes para se chegar a uma conclusão, se p' é mais forte que p para um argumento r, estabelece-se a escala argumentativa, representada por DUCROT (1981, p. 180) como segue:

R	A reunião foi um sucesso.
p'	Paulo veio.
p	Pedro veio.

Considere-se, por exemplo, a sentença (13).

- (13) Pedro e *mesmo* Paulo vieram à reunião.

Ducrot mostra que, nessa sentença, supondo-se que a conclusão fosse *A reunião foi um sucesso*, Paulo, que teria menos motivos que Pedro para vir à reunião, estava lá. Por isso, *Pedro veio*, na escala argumentativa seria p; *Paulo veio* seria p', um argumento mais forte para a conclusão r: *A reunião foi um sucesso*. O peso argumentativo é dado pelo *mesmo* e por seu escopo.

Se compararmos as escalas de Fauconnier (1975) e de Ducrot (1981), veremos que este autor coloca o elemento de maior peso argumentativo na parte superior, inversamente ao que faz Fauconnier.

Acreditamos que a tendência do auxiliar *chegar* é levar o ouvinte a assumir determinada tese (implícita ou explícita) no contexto, numa acepção de *escalaridade* não prevista como traço definidor da *auxiliaridade* do verbo pelas abordagens tradicionais sobre auxiliaridade. Um exemplo:

- (14) Uma receita nunca é apenas a maneira de preparar um prato. É também a expressão de uma cultura. No caso dos países de idioma português, **chega** a sinalizar uma identidade intercontinental. (*Revista Língua Portuguesa*, n. 2, p. 29)

Nessa sentença, a conclusão (a tese do locutor) está na frase inicial: *Uma receita nunca é apenas a maneira de preparar um prato*. Depois, aparece um argumento para essa tese: *é também a expressão de uma cultura*. Por fim, um outro argumento, mais forte: *nos países de idioma português, chega a sinalizar uma identidade intercontinental*.

Tais argumentos podem ser assim dispostos na escala de Ducrot:

r	Uma receita nunca é apenas a maneira de preparar um prato.
	p' Nos países de idioma português, chega a sinalizar uma identidade intercontinental.
	p É também a expressão de uma cultura.

Esse é um bom exemplo para a ideia de que *chegar* funcionaria como um operador de escalaridade, selecionando um evento e marcando-o num determinado ponto da escala argumentativa. Notemos que, para a tese em *r*, o fato de uma receita **sinalizar uma identidade intercontinental** é um argumento mais forte do que o fato de **ela ser a expressão de uma cultura**.

Partindo das análises de Fauconnier (1975) e Ducrot (1981), pudemos observar que *chegar* tem a função de operar sobre uma escala, antecedendo sempre um argumento que, na sentença, é sempre o mais forte em defesa de uma tese levantada pelo falante. Isso possibilitou-nos a dizer que um auxiliar influencia não no tempo, no modo ou no aspecto, as categorias consideradas para a classificação habitual dos auxiliares, mas interfere no uso da sentença como um todo. Dessa forma, consideramos que, para obtermos uma análise mais adequada para esse verbo como auxiliar, é fundamental ultrapassarmos as fronteiras historicamente configuradas entre o semântico, o sintático e o pragmático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos focalizar neste artigo as relações que se estabeleceram historicamente entre as disciplinas internas que compõem a Linguística, em uma constituição forjada pela delimitação de seu objeto teórico. Buscamos, inicialmente, apresentar uma discussão epistemológica sobre a delimitação desse objeto teórico: como se deu, quais as raízes de sua configuração e as implicações dessa para a constituição e delimitação das suas disciplinas internas. As assunções metodológicas iniciais delinearam os objetos teóricos

específicos de cada disciplina interna, suas fronteiras e limites, bem como seu caráter nuclear ou subsidiário.

Nas seções seguintes, buscamos exemplificar essa tensão sobre a territorialidade entre as disciplinas, seja apresentando a dificuldade de apreensão e tratamento teórico na descrição de um fenômeno, como o da polaridade negativa, seja na discussão da apreensão e explicação teórico-metodológica de primitivos fônicos, seja, ainda, na caracterização adequada do papel sintático de verbos funcionais.

É certo que a depender do recorte epistemológico que se adote, a delimitação ou fronteira entre as disciplinas internas não se coloca, contudo o que o refinamento das abordagens recentes têm demonstrado é que o objeto nuclear tal como delineado pelo estruturalismo ou mesmo pelo gerativismo vem sendo cada vez mais questionado, expandido e, às vezes, redesenhado.

RESUMO

Considerando-se que a partir de Saussure se estabelece no interior dos estudos linguísticos uma delimitação do que é o seu objeto teórico, legitimada por uma concepção do que é científico, determina-se complementarmente também o que não é científico. Isso tem como corolário o estabelecimento de disciplinas centrais e periféricas no tratamento da linguagem segundo tal concepção, bem como o estabelecimento de relações hegemônicas de determinadas correntes em detrimento de outras. Esse é o cenário que define a convivência das disciplinas até meados dos anos setenta, quando ficam evidentes, no interior dessas disciplinas, os debates acerca dos limites e da natureza do objeto teórico. Parece ter sido assim que funcionou a expansão das áreas concernentes aos estudos da linguagem que surgiram e se afirmaram nesse período. As perspectivas teóricas propõem primazia aos tratamentos formais e preveem as demais disciplinas como colaterais: auxiliares na perspectiva do estruturalismo europeu, interpretativas, no gerativismo americano. Este artigo apresenta uma reflexão sobre esse movimento na medida em que tematiza a redefinição do estatuto, seja dos dados linguísticos e de sua caracterização teórica, seja do estatuto epistemológico da disciplina. Dessa forma, a partir da observação de fenômenos fônicos, sintáticos e fenômenos cujo enquadramento pode ser semântico ou pragmático – conforme a corrente explicativa – discutiremos a redefinição do objeto teórico e, conseqüentemente, das fronteiras interdisciplinares.

Palavras-chave: *Fronteiras interdisciplinares; arcabouço teórico; primitivos teóricos.*

ABSTRACT

Departing from Saussure, linguistic studies establish a delimitation of the theoretical object that is strengthened by a conception of what is “scientific”. Complementarily, linguistic studies establish what is not scientific, as well. It follows, then, as a corollary, that some disciplines are considered to be central to linguistic studies, while others are assigned a peripheral role. At the same time, the same conception that yields central and peripheral disciplines establishes hegemonic relationships for some theoretical frames but not to others. This scenery defines the companionship of the disciplines until the middle 70s, when there’s strong evidence, in the inner of these disciplines, for the debate on the limits and the nature of the theoretical object. It seems that the growth of areas concerning language studies which appeared and have been established in the same period worked this way. Theoretical perspectives, then, set formal approaches as the core in linguistic studies and the other disciplines are considered to be supporting devices: they are taken as auxiliary devices from the perspective of European structuralism and as interpretative devices from the perspective of American generativism. This paper presents a reflection on this movement in the linguistic studies as it is concerned with the redefinition of the status of linguistic data and their theoretical characterization, as well as with the epistemological status of the discipline. So, departing from the observation of phenomena related to the sounds of the language and syntactic phenomena, as well as phenomena that can be considered to be semantic and either pragmatic – depending upon the theoretical framework that is assumed – we discuss the redefinition of the theoretical object and, as an outcome, the redefinition of interdisciplinary boundaries.

Keywords: Interdisciplinary boundaries; theoretical frameworks; theoretical primitives.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.; DORTA, J. Datos acústicos de las líquidas españolas. In: ALAYÓN, Carmen Díaz (Ed.). *Homenaje a José Pérez Vidal*. La Laguna: Tenerife, 1993, p. 97-110.
- BERTUCCI, R. A. *A auxiliaridade do verbo chegar em português brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- BROWMAN, C.; GOLDSTEIN, L. Articulatory Phonology: an overview. *Phonetica*, v. 49, p. 155-180, 1992.
- CARVALHO, Kelly. C. H. P. *Descrição fonético-acústica das vibrantes no português e no espanhol*. Tese (Doutorado) – Unesp, Assis, 2004. Inédita.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper and Row, 1968.

- CLEMENTE, Felipe. C. *Análise acústica do tap em coda do PB*. Monografia. Curitiba, 2005. Inédita.
- CLEMENTS, N; HUME, E. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J. (Org.). *The handbook of phonological theory*. Cambridge: Blackwell, 1995.
- DASCAL, M.; BORGES NETO, J. De que trata a linguística, afinal? *Histoire, Epistemologie, Langage*, 13/1, Paris, 1991.
- DUCROT, O. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global Editora, 1981.
- FAUCONNIER, G. Pragmatics scales and logical structure. *Linguistic Inquiry*, v. VI, n. 3, p. 353-375, 1975.
- HALL, N. *Implications of vowel intrusion for a gestural grammar*. Disponível em: <<http://research.haifa.ac.il/~nancyh/>>. Acesso em: 27/10/2009.
- ILARI, R. Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da Significação. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 9, n. 1, p. 109-162, Belo Horizonte: UFMG, 2000. (Originalmente integrou o Memorial para o concurso de Titular do autor, IEL/UNICAMP, 1999.)
- HEIDEGGER, M. *Conferências e Escritos Filosóficos – Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- JETCHEV, G. Rhotics, jers and schwa in the history of Bulgarian. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF PHONETICS SCIENCES, 14., 1995, Stockholm. *Proceedings...* Stockholm, 1995. p. 662-665, v. 4.
- KADMON, N. *Formal Pragmatics*. Massachusetts: USA, Oxford: UK, Blackwell Publishers Inc., 2001.
- KVALE, K; FOLDVIK, A. K. An acoustic analysis of the retroflex flap. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF PHONETICS SCIENCES, 13., 1995, Stockholm. *Proceedings...* Stockholm, 1995. p. 454-457, v. 2.
- NEGRI, L. *Zona de fronteira: a delimitação entre a semântica e a pragmática sob a lente das expressões de polaridade negativa*. Tese (Doutorado) –Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Inédita.
- NISHIDA, Gustavo. *Análise acústica do tap em grupos do PB*. Monografia, Curitiba, 2005. Inédita.
- _____. Em busca de um primitivo de análise: o problema da representação do tap em grupos e em coda. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 129-150, 2007.
- PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3.
- PONTES, E. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- QUILIS, Antonio. *Tratado de fonología y fonética españolas*. Madrid: Editorial Gredos, 1993.
- RAJAGOPALAN, K. *A ideologia de homogeneização: reflexões concernentes à questão da heterogeneidade na Linguística*. Pesquisa CNPq. Proc. 306151/88-0.
- SANTOS, R. S.; SOUZA, P. C. Fonética. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2003. v. 3: Princípios de análise.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
- SILVA, Adelaide H. P. *Para a descrição fonético-acústica das líquidas no português brasileiro: dados de um informante paulistano*. Dissertação (Mestrado) - Unicamp/IEL. São Paulo, 1996. Inédita.

_____; CLEMENTE, Felipe. C.; NISHIDA, Gustavo. Para a representação dinâmica do tap em grupos e codas: evidências acústicas. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem: ReVEL*, ano 4, n. 7, ago. 2006. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/>>.

STERIADE, Donca. Gestures and autosegments: comments on Browman and Goldstein's paper. In: KINGSTON, John; BECKMAN, Mary. (Eds). *Papers in Laboratory Phonology I: between the grammar and physics of speech*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 382-397.

TRUBETZKOY, N. *Principles of phonology*. Translated by: BALTAXE, C. A. M. Berkeley and Los Angeles: California University Press, 1969.

Submetido em: 31/10/2009

Aceito em: 20/04/2010

